Demonstrações financeiras

São Luiz Energética S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

São Luiz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 6
Demonstração do resultado abrangente 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....8
Demonstração dos fluxos de caixa.....9
Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
São Luiz Energética S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Luiz Energética S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

São Luiz Energética S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**42.537**	25.612
Contas a receber	5	**6.247**	7.976
Despesas antecipadas		**242**	319
Estoques		**403**	330
Impostos a recuperar		**328**	313
Outros		**83**	17
		49.840	34.567
Não circulante			
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	6	**11.373**	11.367
Depósitos judiciais		**88**	74
Imobilizado	7	**368.261**	400.468
Ativo de direito de uso	8	**497**	58
		380.219	411.967
Total do ativo		**430.059**	446.534

São Luiz Energética S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	9	**6.753**	15.280
Empréstimos e financiamentos	10	**15.298**	14.647
Impostos e contribuições a recolher		**1.173**	907
Dividendos a pagar	18	**-**	455
Arrendamento	8	**188**	77
Outras		**-**	21
		23.412	31.387
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	**193.369**	198.751
Provisão para demandas judiciais	11	**1**	1
Arrendamento	8	**322**	6
		193.692	198.758
Patrimônio Líquido			
Capital social	12	**219.520**	219.520
Prejuízos acumulados		**(6.565)**	(3.131)
Total do patrimônio líquido		**212.955**	216.389
Total do passivo e do patrimônio líquido		**430.059**	446.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Luiz Energética S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	13	**47.053**	47.118
Custo de geração de energia	14	**(30.882)**	(29.926)
Lucro bruto		**16.171**	17.192
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	14	**(2.657)**	(4.991)
Outras receitas (despesas) operacionais	15	**(3)**	(17)
		(2.660)	(5.008)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**13.511**	12.184
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	**4.225**	3.861
Despesas financeiras	16	**(18.200)**	(18.451)
		(13.975)	(14.590)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(464)**	(2.406)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	17	**(2.970)**	(2.786)
Prejuízo do exercício		**(3.434)**	(5.192)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Luiz Energética S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(3.434)	(5.192)
Total do resultado abrangente do exercício	**(3.434)**	**(5.192)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Luiz Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido
			Legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2022		**219.520**	**127**	**1.934**	**-**	**221.581**
Absorção dos prejuízos		-	(127)	(1.934)	2.061	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(5.192)	(5.192)
Em 31 de dezembro de 2023		**219.520**	**-**	**-**	**(3.131)**	**216.389**
Prejuízo do exercício		**-**	**-**	**-**	**(3.434)**	**(3.434)**
Em 31 de dezembro de 2024		**219.520**	**-**	**-**	**(6.565)**	**212.955**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Luiz Energética S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(464)**	(2.406)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto ao caixa gerado nas atividades operacionais			
Depreciação de ativo imobilizado	7	**23.797**	23.792
Amortização de ativo de direito de uso	8	**158**	137
Juros sobre arrendamento	8	**31**	10
Juros sobre empréstimos	10	**18.094**	18.360
Provisão para demandas judiciais	11	**-**	(1)
Amortização de despesa de contratação	10	**6**	7
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		**1.729**	(2.666)
Estoques		**(73)**	(185)
Impostos a recuperar		**(15)**	9
Depósitos judiciais		**(14)**	-
Despesas antecipadas		**77**	31
Outros		**(66)**	(70)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		**324**	(2.233)
Impostos e contribuições a recolher		**(363)**	(1.365)
Outros		**(21)**	21
(-) Pagamento de imposto de renda e contribuição social		**(2.341)**	(1.347)
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	10	**(6.942)**	(8.223)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais		**33.917**	23.871
Atividades de investimento			
Depósitos restituíveis (caixa restrito)		**(6)**	262
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	7	**(441)**	(200)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		**(447)**	62
Atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	**(15.889)**	(14.046)
Pagamento de arrendamento – principal	8	**(199)**	(163)
Despesas de contratação contraídas	10	**-**	(123)
Dividendos pagos		**(457)**	-
Fluxo de caixa líquido originado (consumido) pelas atividades de financiamento		**(16.545)**	(14.332)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa		**16.925**	9.601
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro		**25.612**	16.011
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro		**42.537**	25.612
Variação em caixa e equivalentes de caixa		**16.925**	9.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A São Luiz Energética S.A. ("São Luiz" ou "Companhia") com sede localizada na Avenida Almirante Julio de Sá Bierrenbach, n 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, CEP 22775-028, Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, é uma Companhia anônima de capital fechado, que tem por objeto (a) a implantação e a exploração, como Produtor Independente, da Pequena Central Hidrelétrica Foz do Estrela ("PCH Foz do Estrela" ou "PCH"); (b) a produção e a comercialização da potência e da energia gerada pela PCH; (c) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a PCH; (c) a comercialização de créditos de carbono; e (d) o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

A acionista controladora da Companhia é a Elera Renováveis S.A.

PCH	Potência em MW	Autorização ANEEL	Local
Foz do Estrela	29,50	696/2003	Coronel Domingos Soares - PR

Originalmente, o prazo de vigência de autorização da PCH Foz do Estrela era de 30 anos, contados a partir da data de publicação da Resolução da ANEEL n° 696/2003, encerrando em 29 de dezembro de 2033. Em 07 de novembro de 2016, a Resolução n° 6.109 estendeu o período de autorização em 2.506 dias por decorrência de atrasos na emissão da licença ambiental, passando para 08 de novembro de 2040.

O prazo de outorga pode ser prorrogado pelo prazo de 30 anos, considerando os critérios estabelecidos pela Lei Federal n° 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei n° 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto n° 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL n° 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Em 13 e 20 de maio de 2022, por meio dos Despachos SCG n° 1.274 e 1.357, respectivamente, as Unidades Geradoras UG 01 e UG 02 foram liberadas para iniciar a operação comercial.

Ao fim do prazo da autorização, os bens e as instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebido, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

A Companhia possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

	Datas do contrato	
Indústria	**Início**	**Vencimento**
Comercializadora de energia (parte relacionada)	01/01/2021	31/12/2022
Distribuidora de energia	01/01/2023	31/12/2052

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhia por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 15 de abril de 2025.

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2. Apresentação das demonstrações financeiras --Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (nota 7);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.6);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota 8); e
- Provisão para demandas judiciais (nota 11).

3. Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra companhia.

3.2 Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.2 **Instrumentos financeiros**--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e despesas antecipadas.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) *Classificação e mensuração*

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) *Classificação e mensuração*--Continuação

Custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber e despesas antecipadas.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) *Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de *impairment.*

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.2 **Instrumentos financeiros**--Continuação

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar e arrendamento.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.2 **Instrumentos financeiros**--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

c) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.2 **Instrumentos financeiros**--Continuação

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2024 e de 2023. Também, não adota a contabilidade de *hedge (hedge accounting).*

3.3 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor.
Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na Nota 7 e os critérios de depreciação são demonstrados na Nota 7.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5 Imobilizado--Continuação

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de uma ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.6 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e conclui que não há indicativos de *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.7 **Provisões**--Continuação

(a) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Conforme facultado pela legislação tributária, as companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R$78.000 no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. Os impostos são apurados mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

Para os exercícios de 2024 e 2023, a Companhia optou pelo regime tributário Lucro presumido.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9 Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.10 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.11 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.12 Apuração do resultado

a) Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional do curso normal das atividades das Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

É estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato comas distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

b) Custos de serviços

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de financiamento de fornecedores	01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação		01.01.2024
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Conta corrente	**13.588**	5.049
Aplicações financeiras (*)	**28.949**	20.563
Total	**42.537**	25.612

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 98% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente.

As aplicações financeiras (equivalentes de caixa) estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	**26.417**	17.982
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	**2.532**	2.581
			28.949	20.563

5. Contas a receber

	2024	2023
Venda de energia	**5.748**	6.486
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	**183**	1.245
Contas a receber com partes relacionadas (nota 18)	**316**	245
	6.247	7.976

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2024	2023
Saldo a vencer	**5.576**	6.442
Saldo vencido até 30 dias	**254**	1.534
Saldo vencido de 31 a 60 dias	**44**	-
Saldo vencido a mais de 181 dias	**373**	-
Total	**6.247**	7.976

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Administração e de seus assessores jurídicos.

6. Depósitos restituíveis (caixa restrito)

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis (caixa restrito) a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
Bradesco	Fundos DI	CDI	**11.373**	11.367
			11.373	11.367

A Companhia possui depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), referente à manutenção do saldo mínimo da conta reserva do serviço da dívida, que permanecerão bloqueados até o final da liquidação de todas as obrigações garantidas.

7. Imobilizado

	Em serviço				Em curso		
	Terrenos	**Máquinas e equipamentos**	**Reservatórios, barragens e adutoras**	**Edificações, obras civis e benfeitorias**	**Estoque de ativo fixo** (*)	**Bens em andamento**	**Total**
31 de dezembro de 2022	11.061	35.368	256.197	135.127	68	117	437.938
Adições	-	-	-	-	13	187	200
Transferências	-	17	-	-	-	(17)	-
31 de dezembro de 2023	**11.061**	**35.385**	**256.197**	**135.127**	**81**	**287**	**438.138**
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**168**	**273**	**441**
Transferências	**-**	**85**	**-**	**-**	**-**	**(85)**	**-**
Baixa (c)	**-**	**(8.851)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(8.851)**
31 de dezembro de 2024	**11.061**	**26.619**	**256.197**	**135.127**	**249**	**475**	**429.728**
31 de dezembro de 2022	(350)	(1.133)	(8.115)	(4.280)	-	-	(13.878)
Adições de depreciação	(601)	(1.943)	(13.911)	(7.337)	-	-	(23.792)
31 de dezembro de 2023	**(951)**	**(3.076)**	**(22.026)**	**(11.617)**	**-**	**-**	**(37.670)**
Adições de depreciação	**(601)**	**(1.948)**	**(13.911)**	**(7.337)**	**-**	**-**	**(23.797)**
31 de dezembro de 2024	**(1.552)**	**(5.024)**	**(35.937)**	**(18.954)**	**-**	**-**	**(61.467)**
31 de dezembro de 2023	10.110	32.309	234.171	123.510	81	287	400.468
31 de dezembro de 2024	**9.509**	**21.595**	**220.260**	**116.173**	**249**	**475**	**368.261**

(*) Estoque de ativo fixo: são estoques relacionados a peças de manutenção dos aerogeradores, diferenciando-se do estoque de almoxarifado.

7. **Imobilizado**--Continuação

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2024 e 2023 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas (autorização de operação) de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo de autorização da operação, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

A Companhia para seu ativo imobilizado adotada como referência as informações do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, sendo as taxas que representam e correspondem de forma razoável e adequada a taxa de vida útil dos ativos imobilizados, em consonância com a norma CPC 27. Administração acredita que em suas demonstrações financeiras está refletida adequadamente a depreciação, sendo que esta reflete a vida útil dos seus ativos imobilizados em consonância com os pronunciamentos contábeis vigentes (CPC 27 e normas aplicáveis ao setor elétrico).

	Vida útil
Edificações, obras civis e benfeitorias	**25 a 50 anos**
Máquinas, equipamentos e instalações	**10 a 40 anos**
Reservatórios barragens e adutoras	**30 a 50 anos**

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment)*

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC n° 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

7. **Imobilizado**--Continuação

c) Baixa de provisão para fim de obra

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia revisou as estimativas relacionadas aos custos de encerramento de obra e, com base na avaliação da área de Engenharia e Operações, determinou que a provisão registrada na rubrica “Contas a Pagar” era excessiva. Em decorrência disso, foi realizada a reversão parcial da provisão no montante de R$8.851 e do seu ativo equivalente, no mesmo montante.

8. Ativos de direito de uso e Arrendamento

Ativo

A composição do Ativo de direito de uso é a seguinte:

	Veículos
Custo	
31 de dezembro de 2022	318
Adições	32
31 de dezembro de 2023	**350**
Adições	**597**
31 de dezembro de 2024	**947**
Depreciação	
31 de dezembro de 2022	(155)
Adições de depreciação	(137)
31 de dezembro de 2023	**(292)**
Adições de depreciação	**(158)**
31 de dezembro de 2024	**(450)**
Total em 31 de dezembro de 2023	58
Total em 31 de dezembro de 2024	**497**

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de equipamentos, delimitados ao prazo autorização de operação.

8. Ativos de direito de uso e Arrendamento--Continuação

Passivo

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos de arrendamento são como segue:

	2024	2023
Valor nominal dos pagamentos futuros	**578**	85
Ajuste a valor presente	**(68)**	(2)
	510	83
Passivo circulante	**188**	77
Passivo não circulante	**322**	6

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	**83**	204
Adições	**595**	32
Pagamento	**(199)**	(163)
Juros sobre arrendamento (nota 16)	**31**	10
Saldo final	**510**	83

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Montante
2026	322
	322

9. Contas a pagar

	2024	2023
Fornecedores	**3.691**	13.913
Contas a pagar - Partes relacionadas (nota 18)	**3.062**	1.367
Total	**6.753**	15.280

10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		2024		2023	
Credor	**Encargos**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Em moeda nacional					
BNDES	IPCA* + 3,93% a.a.	**15.298**	**193.479**	14.653	198.861
Despesa de contratação		**-**	**(110)**	(6)	(110)
Total		**15.298**	**193.369**	14.647	198.751

A movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	**213.398**	217.423
Juros provisionados (nota 16)	**18.094**	18.360
Amortização – principal	**(15.889)**	(14.046)
Juros pagos	**(6.942)**	(8.223)
Saldo final	**208.661**	213.514
Amortização de despesa de contratação	**6**	7
Despesas de contratação adicionada	**-**	(123)
	208.667	213.398

Empréstimos com parte relacionada:

O financiamento obtido pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), exige o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) financeiros e não financeiros, sob pena de vencimento antecipado da dívida.

Dentre as obrigações, o financiamento obtido exige a manutenção do saldo mínimo do serviço da dívida, equivalente a seis vezes o valor da parcela da dívida. Além disso, é exigida a manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), em 1,2 vezes, com apuração a cada encerramento do exercício. Esses requisitos foram integralmente cumpridos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A amortização e o pagamento de juros deste financiamento são realizados mensalmente, tendo o vencimento previsto da última parcela para 16 de novembro de 2038.

11. Provisão para demandas judiciais

A Companhia reconhece as provisões para demandas judiciais com base na avaliação da probabilidade do risco de perda, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, seja provável de perda. Essas perdas são baseadas na probabilidade de sucumbência estimada e previstas em análise individual para cada processo judicial.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuí processos com probabilidade de perda provável conforme demonstrado abaixo:

	Cíveis
31 de dezembro de 2022	1
Adição	-
31 de dezembro de 2023	1
Adição	**-**
31 de dezembro de 2024	**1**

Processos em andamento com probabilidade de perda possível:

Ações cíveis

Em 31 de dezembro de 2024 existem 4 processos cíveis, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante total de R$11.700 (R$10.707 em 31 de dezembro de 2023), referente a três ações indenizatórias e uma cautelar.

Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui um auto de infração de lançamento tributário, classificada como probabilidade de perda possível, no montante total de R$982 (R$0 em 31 de dezembro de 2023).

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$219.520 dividido em 159.673.309 (cento e cinquenta e nove milhões e seiscentos e setenta e três mil e trezentos e nove) ações, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei n° 6.404/76.

b.2) *Saldo do lucro líquido do exercício*

O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

13. Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Eletricidade física – Contratos de longo prazo	**42.650**	44.560
Venda de energia elétrica - partes relacionadas (nota 18)	**1.253**	2.453
Resultado com CCEE (*)	**4.909**	1.876
	48.812	48.889
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
PIS	**(313)**	(315)
COFINS	**(1.446)**	(1.456)
	(1.759)	(1.771)
Receita operacional líquida	**47.053**	47.118

(*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

14. Custos de geração de energia e despesas administrativas e gerais

	2024	2023
Custo do serviço de energia elétrica		
Compra de energia - partes relacionadas (nota 18)	**(2.461)**	(2.252)
Royalties ANEEL	**(1.674)**	(1.480)
Total custo do serviço de energia elétrica	**(4.135)**	(3.732)
Custo com operação		
Impostos, licenças e taxas	**(6)**	(84)
Viagens	**(69)**	-
Serviços de terceiros	**(1.173)**	(736)
Seguros	**(591)**	(807)
Pessoal	**(17)**	(16)
Depreciação do imobilizado e amortização ativo direito de uso	**(23.955)**	(23.929)
Manutenção	**(281)**	-
MRE/ CCEE	**(234)**	-
Telecomunicações	**(227)**	(226)
Alugueis e utilidades	**(12)**	-
Promoção e publicidade	**(16)**	-
Outros custos	**(166)**	(396)
Total custo com operação	**(26.747)**	(26.194)
Total de custos	**(30.882)**	(29.926)
Despesas gerais		
Serviços de terceiros	**(34)**	-
Serviços de telecomunicações	**(1)**	-
Rateio de despesas	**(2.622)**	(3.059)
Outras despesas	**-**	(1.932)
Total das despesas administrativas e gerais	**(2.657)**	(4.991)

(*) A São Luiz possui com a sua controladora um contrato de compartilhamento das despesas efetivamente incorridas e pagas em benefício e interesse do grupo atualizado pelo IGP-M. As despesas são controladas gerencialmente por departamento através de centros de custos específicos e são considerados para fins dos critérios de rateio e reembolso, percentuais de alocação de despesas com base na efetiva utilização, ocorrência e esforço de cada um dos departamentos.

15. Outras receitas (despesas) operacionais

	2024	2023
Multas e juros sobre tributos	**(3)**	(2)
Custos na liquidação de litígios	**-**	(19)
Outros	**-**	4
	(3)	(17)

16. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	**4.210**	3.861
Outras receitas	**15**	-
	4.225	3.861
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos (nota 10)	**(18.094)**	(18.360)
Juros sobre o arrendamento (nota 8)	**(31)**	(10)
Multas e encargos sobre empréstimos	**(6)**	(74)
Imposto sobre operações financeiras	**(1)**	(1)
Despesas com juros e descontos concedidos	**(2)**	(6)
Outras despesas	**(66)**	-
	(18.200)	(18.451)
Resultado financeiro	**(13.975)**	(14.590)

17. Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Corrente		
Imposto de renda	**(2.048)**	(1.913)
Contribuição social	**(922)**	(873)
Total com despesas de impostos	**(2.970)**	(2.786)

Em 2024, a Companhia apurou o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	2024		2023	
Impostos correntes	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Faturamento (fornecimento de energia)	**48.812**	**48.812**	48.889	48.889
(Nota 13)	**48.812**	**48.812**	48.889	48.889
% para base de cálculo				
Base de cálculo	**8%**	**12%**	8%	12%
	3.905	**5.857**	3.911	5.867
Receitas financeiras (nota 16)	**4.210**	**4.210**	3.831	3.831
Outras receitas	**175**	**175**	5	5
Base de cálculo total	**8.289**	**10.242**	7.747	9.703
% do imposto (*)	**25%**	**9%**	25%	9%
	2.072	**922**	1.937	873
Outros	**(24)**	**-**	(24)	-
Total	**2.048**	**922**	1.913	873

(*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para o imposto de renda e 9%, para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

18. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

	Notas	2024	2023
Ativo			
Contas a receber			
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	(a)	**316**	-
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(a)	**-**	245
	(Nota 5)	**316**	245
Passivo			
Contas a pagar			
Elera Renováveis S.A.	(b)	**2.674**	934
Elera Comercializadora Ltda.	(b)	**151**	187
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	(b)	**237**	-
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(b)	**-**	245
Tangará Energia S.A.	(b)	**-**	1
	(Nota 9)	**3.062**	1.367
Dividendos a pagar			
Elera Renováveis S.A.	(c)	**-**	455
		3.062	1.822
Receita			
Venda de energia			
Elera Renováveis S.A.	(d)	**937**	2.453
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	(d)	**316**	-
	(Nota 13)	**1.253**	2.453
Custo			
Compra de energia			
Elera Renováveis S.A.	(e)	**171**	711
Elera Comercializadora Ltda.	(e)	**2.053**	1.541
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	(e)	**237**	-
	(Nota 14)	**2.461**	2.252

(a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, venda de energia, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
(b) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
(c) Dividendos a serem pagos ao acionista da Companhia;
(d) Compra de energia elétrica para outras empresas do grupo.
(e) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo.

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

18. Transações com partes relacionadas--Continuação

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 2024 e 2023, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as Companhia do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

19. Cobertura de seguros

A Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2024 é de R$228.447 (R$335.330 em 31 de dezembro de 2023) para os bens vinculados à autorização, com início em 22 de junho de 2024 e término em 30 de setembro de 2025.

A apólice de seguro mantida pela Companhia tem como proponente principal a Tangará Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R$450.000 (R$450.000 em 31 de dezembro de 2023).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2021. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2021/2022 de 90% (noventa por cento) do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da Companhia. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II, III e Zé Tunin).

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

20. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2024			**2023**		
Ativos financeiros	**Custo amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**	**Custo amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**
Conta corrente	**13.588**	**-**	**13.588**	5.049	-	5.049
Aplicações financeiras	**-**	**28.949**	**28.949**	-	20.563	20.563
Contas a receber	**6.247**	**-**	**6.247**	7.976	-	7.976
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	**-**	**11.373**	**11.373**	-	11.637	11.367
	19.835	**40.322**	**60.157**	13.025	32.200	44.955

20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2024		2023	
Passivos financeiros	**Custo Amortizado**	**Total**	**Custo Amortizado**	**Total**
Contas a pagar	**6.753**	**6.753**	15.280	15.280
Arrendamento	**510**	**510**	83	83
Empréstimos e financiamentos	**208.667**	**208.667**	213.398	213.398
Dividendos a pagar	**-**	**-**	455	455
	215.930	**215.930**	229.216	229.216

20. **Instrumentos financeiros**--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2024 e 2023.

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 e 3 em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

20. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Companhia entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

20. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimento participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Companhia tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Companhia controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

20. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da autorização*

A Companhia detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal n° 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal n° 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL n° 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal n° 13.360 alterou o art, 26°da Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei n° 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa n° 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Medida Provisória n° 998, de 02 de setembro de 2020, alterou o art. 26 da Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2024 e de 2023, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

21. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Ativo de direito de uso	**2024**
Total de movimentação do ativo de direito de uso (nota 8)	(439)
Adição de contratos de arrendamento	597
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	**158**

Arrendamento	**2024**
Total de movimentação do arrendamento (nota 8)	429
Adições de contratos de arrendamento	(597)
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	**(168)**

* * *